

Governadores querem limitar poder de juízes

L.C. Leite/AE—14/10/96



O governador paulista, na reunião com 17 colegas: propostas conjuntas serão enviadas ao Congresso

Eles vão estudar medidas para conter ações contra Estados e dívidas judiciais

LU AIKO OTTA
e SILVIO BRESSAN

A má situação financeira dos Estados e a pressão constante provocada pelas dívidas judiciais estão jogando os governadores numa rota de colisão com o Judiciário. Na reunião de 18 governadores realizada segunda-feira, em São Paulo, ficou acertado que eles estudarão medidas para limitar os poderes do Judiciário. Os governadores querem restringir o poder dos juízes de aceitar ações contra os Estados e bloquear as contas do governo para cobrar dívidas.



“Nenhum Estado tem condições de pagar os débitos judiciais nos níveis exagerados em que estão sendo fixados”, disse o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB). “Uma solução deve ser procurada na lei, de maneira que se cumpra a Justiça, mas dentro da realidade.”

Até o fim da semana, os governadores devem mandar uma proposta conjunta sobre as dívidas para o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT). Ele e outros cinco governadores transformarão as sugestões em anteprojeto de lei que serão enviados ao Congresso. Eles querem que o governo federal renegocie as dívidas contratuais com bancos, que foram roladas há menos de quatro anos. A equipe econômica tem se oposto à idéia de rediscutir esses débitos.

As medidas para restringir o poder do Judiciário devem ficar de fora, por enquanto. Os débitos provocados por sentenças da Justiça somam R\$ 5 bilhões em São Paulo, R\$ 1 bilhão no Rio e R\$ 80 milhões no Ceará. De acordo com a Constituição, o Estado que não paga essas dívidas pode sofrer intervenção federal. Os juízes também podem determinar o seqüestro de bens ou o bloqueio das contas bancárias do Estado.

“Esse é um problema generalizado e nenhum Estado tem condições de pagar o que vem sendo determinado”, disse Tasso. Os R\$ 80 milhões cobrados no Ceará correspondem a uma mês de salários do funcionalismo público. O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), que há poucas semanas escapou da intervenção graças a um acordo patrocinado pela União, acha que a saída é uma anistia de um ano, para que os Estados tenham tempo para resolver sua situação financeira.

Solidariedade — O governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PT), acredita que o tempo poderia ser usado até para rever os valores das dívidas judiciais. “Há casos em que o valor verdadeiro é metade ou um terço do que é pedido”, explicou. Depois, Buaiz gostaria de discutir a criação de uma linha de financiamento para pagar esses débitos.

Essas providências, porém, só resolveriam o problema de curto prazo. Os governadores pretendem discutir uma solução definitiva. “Queremos mexer para valer na questão das liminares e da relação com os outros poderes”, disse o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB). “Queremos apelar à solidariedade dos outros Poderes.”